



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS

Edital de Leilão Judicial Unificado

3ª Vara do Trabalho de Osasco/SP

Processo nº 0162600-02.2003.5.02.0383

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 11/06/2026, às 11:51 horas, através do portal do leiloeiro Joel Augusto Picelli Filho - <https://www.picellileiloes.com.br/> serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: LUIZ DE JESUS REIS, CPF: 554.050.616-20, exequente, e TRANSTONINHO TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA - ME, CNPJ: 47.844.592/0001-91; MTC TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 04.417.202/0001-94; ANTONIO JOSE PEREIRA FILHO, CPF: 143.542.339-91; MARIA HELENA MACIEL PEREIRA, CPF: 012.998.158-39; ALICE DE SOUZA, CPF: 308.463.239-15; ARACI DE SOUZA ROSA, CPF: 004.149.089-45, executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

PARTE IDEAL DE 33,33% DO IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 56.772, do Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá/SP, de propriedade de ANTONIO JOSE PEREIRA FILHO e MARIA HELENA MACIEL PEREIRA. CADASTRO MUNICIPAL Nº 2-0082-010-001. DESCRIÇÃO: CASA. RESIDENCIAL Nº 147, da Avenida Primavera, localizada no andar térreo, no loteamento Jardim Primavera, situado nesta cidade, município e comarca de Guarujá-SP, contendo uma área total construída vendável de 59,50.ms2, correspondendo-lhe na totalidade do terreno, uma percentagem equivalente a 126,555ms2, e nas demais partes e coisas de utilidade e propriedade comuns do condomínio, pertencendo-lhe uma cota parte ideal correspondente a 37,777% do todo; a qual, pela frente confronta com o espaço da área livre (de seu uso exclusivo) frontal ao alinhamento da precitada Avenida Primavera; pelo lado direito de quem dessa via pública olha para a residência, faz divisa com a casa nº 149 da mesma Avenida, com a qual é geminada; do lado esquerdo obedecendo o mesmo sentido, divide como espaço da área de recuo lateral (de seu exclusivo) paralelo ao alinhamento com o lote 09 e nos fundos, confina com a área livre do terreno de uso exclusivo da casa nº 149 com a qual é geminada. Fica sendo de uso exclusivo dessa residência e a mesma vinculada, de toda a sua área frontal e a área de recuo lateral esquerdo, abrangendo um montante de 59,00ms2 aproximadamente. Certificou o Oficial de Justiça (Id. 1ddc778): "Endereço atual: o mesmo. Ocupação atual: Aparentemente, a casa está desocupada". OBSERVAÇÕES: 1) HÁ OUTRA PENHORA. 2) HÁ INDISPONIBILIDADES. 3) Conforme despacho do Juízo da Execução (Id. 28fc46f): "Não há débitos fiscais (Id n.º e04a08b) não havendo que se falar em débitos condominiais pelo fato de tratar-se o imóvel de uma casa". 4) Verificou-se que o expediente restou silente com relação a eventual isenção dos créditos tributários para o arrematante, assim, ante a informação supra, à luz do decidido pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais e nos termos do art. 1º, § 7º do Provimento GP/CR nº 07/2021, o arrematante adquire o bem livre de quaisquer ônus tributários. Ficarão a cargo do arrematante os débitos (propter rem) de natureza não tributária que constarem expressamente do edital (art. 1º, § 8º do referido provimento). AVALIAÇÃO DA PARTE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS

IDEAL DE 33,33% DO IMÓVEL: R\$ 93.500,00 (noventa e três mil e quinhentos reais).

Local dos bens: Avenida Primavera, 147, Jardim Primavera, Guarujá/SP

Total da avaliação: R\$ 93.500,00 (noventa e três mil e quinhentos reais)

Lance mínimo do leilão: 50%

Leiloeiro Oficial: Joel Augusto Picelli Filho

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O **exercício do direito de preferência** deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: contato@picellileiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

- a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;
- b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;
- c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.
- d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).
- e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.
- f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para "À VISTA", nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.
- f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.
- g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS

formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

Visitação dos bens: as 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel.

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN.